



**FACULDADE CALAFIORI**

MARIA JOSÉ DOMINGOS DA SILVA  
ROSINEI APARECIDA PEREIRA SILVA

**EDUCAÇÃO SEXUAL: uma visão pluralista de  
sexualidade e o papel da escola de abrir espaço para o  
diálogo**

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG  
2016

MARIA JOSÉ DOMINGOS DA SILVA  
ROSINEI APARECIDA PEREIRA SILVA

**EDUCAÇÃO SEXUAL: uma visão pluralista de  
sexualidade e o papel da escola de abrir espaço para o diálogo**

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori,  
como parte dos requisitos para a obtenção do  
título de Licenciada em Pedagogia.

**Orientador:** Professor Mestre Cláudio Manoel  
Person

Linha de Pesquisa: Gênero e Sexualidade

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG

2016

MARIA JOSÉ DOMINGOS DA SILVA  
ROSINEI APARECIDA PEREIRA SILVA

**EDUCAÇÃO SEXUAL uma visão pluralista de  
sexualidade e o papel da escola de abrir espaço para o  
diálogo**

Orientador Professor Mestre: Cláudio Manoel Person  
Instituição: Faculdade Calafiori

Examinador: \_\_\_\_\_  
Nome: Prof. Mestre César Clemente  
Instituição: Faculdade Calafiori

Examinador: \_\_\_\_\_  
Nome: Prof. Mestra Marília Souza Neves  
Instituição: Faculdade Calafiori

São Sebastião do Paraíso- MG \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Dedicamos este estudo a todos das nossas famílias, principalmente aos que nos incentivaram desde o primeiro momento em que disse que iríamos ingressar nessa nova fase da nossa vida, e apesar das dificuldades, sempre estiveram ao nosso lado apoiando-nos e transmitindo-nos muito amor para que nós conseguíssemos prosseguir e concluir este sonho.

“É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas "críticas").”

(Louro, 1997, p. 64)

SILVA, Maria José Domingos da; SILVA, Rosinei Pereira. **Educação Sexual: uma visão pluralista de sexualidade e o papel da escola de abrir espaço para o diálogo.** São Sebastião do Paraíso, MG, 2016, 43 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Faculdade Calafiori.

## **RESUMO**

Este trabalho constitui um estudo que busca analisar as relações sobre o corpo, gênero e sexualidade, sobretudo à perspectiva da educação sexual nas concepções de diversos autores. Desde há muito tempo o tema sexualidade vem sendo motivo de constante preocupação devido aos preconceitos, tabus, mitos e crendices existentes, principalmente nos tempos atuais. Portanto, promover a educação sexual é promover a informação a crianças e jovens, futuros adultos, pais e cidadãos. No entanto os professores reclamam à formação contínua, no sentido de se sentirem preparados para essa tarefa. Baseando-nos em referenciais teóricos sobre essas questões, o presente trabalho tem como objetivo salientar a relação entre os gêneros e a sexualidade na escola. Especificamente, identificar o significado de sexualidade, gênero e educação sexual; e analisar a sexualidade em gêneros na educação. O tema sexualidade se tornou relevante e, do campo restrito à religião e à filosofia, no século XIX, passou a objeto de estudo de especialistas de diferentes disciplinas. Em nome do bem-estar e da saúde do indivíduo, o corpo passou a ser alvo de diferentes métodos disciplinares, entendidos como um conjunto de saberes e poderes que investiram no corpo e nele se instauraram. Na maioria das vezes, a repressão encontra-se presente nas relações diárias, sejam elas relações familiares, relações escolares ou de algum outro grupo social. A educação sexual, em qualquer nível de ensino, deve-se caracterizar pela continuidade. Uma continuidade baseada em princípios claros de um processo permanente, porque o bombardeamento midiático de informações recebidas por crianças e jovens é permanente. O diálogo entre escola e família deverá se dar de todas as formas pertinentes a essa relação. Por entender que a abordagem oferecida acontece a partir de uma visão pluralista de sexualidade e o papel da escola é abrir espaço para que essa pluralidade de concepções, valores e crenças possa se expressar.

**Palavras-Chave:** Sexualidade, Gênero, Educação Sexual, PCN.

SILVA, Maria José Domingos da; SILVA, Rosinei Pereira. **Educação Sexual: uma visão pluralista de sexualidade e o papel da escola de abrir espaço para o diálogo.** São Sebastião do Paraíso, MG, 2016, 43 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Faculdade Calafiori.

## **ABSTRACT**

This work is a study that seeks to analyze relationships about body, gender and sexuality, especially the perspective of sexual education according to the conception of various authors. For a long time the topic of sexuality has been a cause of constant concern due to the preconceptions, taboos, myths and "crendices", especially nowadays. Therefore, to promote sex education is to provide information for children and young people, future adults, parents and citizens, however teachers demand continuous training, in order to feel prepared for this task. Based on theoretical references on these issues, the present work aims to highlight the relationship between genders and sexuality in school. Specifically, to identify the meaning of sexuality, gender, and sex education; and analyze sexuality in education. The topic sexuality became relevant and, from the field restricted to religion and philosophy, in the nineteenth century. It became the object of study of specialists from different disciplines. In the name of the individual's well-being and health, the body became the target of different disciplinary methods, understood as a set of knowledges and powers that invested in the body and were established in it. Very often, repression is present in everyday relationship, and it can be among families, school or some other social group. Sexual education, at any level of education, must be characterized by continuity. A continuity based on clear principles of a permanent process, as the media bombardment of information received by children and young people is permanent. The dialogue between school and family must take place in all the ways that are pertinent to this relationship. By understanding that the approach offered happens from a pluralistic view of sexuality and the role of the school is to open space for this plurality of conception, values and beliefs can be expressed.

Keywords: Sexuality; Gender; Sex Education; Official Document

## **LISTA DE SIGLAS**

DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EUA	Estados Unidos da América
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais
PMI	Programa Materno Infantil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. INTRODUZINDO O TEMA GÊNERO E SEXUALIDADE .....	14
1.1 Histórico da Sexualidade e Gênero .....	15
1.2 A subjetividade do ser: a sexualidade.....	18
2. EDUCAÇÃO SEXUAL NA SOCIEDADE.....	21
2.1 Sexualidade e Cultura.....	25
3. SEXUALIDADE NA ESCOLA.....	29
3.1 Educação Sexual e Plano de Ensino .....	32
3.2 Documento Oficial de Políticas Públicas .....	35
CONSIDERAÇÕES .....	38
REFERÊNCIAS .....	39

## INTRODUÇÃO

Eu, Maria José Domingos da Silva, tenho 38 anos, casada, nasci em São Tomás de Aquino MG, atualmente resido em São Sebastião do Paraíso – Minas Gerais.

No início do meu estudo foi um pouco difícil para a minha família, pois morava na fazenda, e existia uma sala para todos os alunos divididos por idade e serie, e uma professora para todos. Mas devido a circunstância da vida tivemos que mudar para a cidade, e o ensino fundamental era totalmente diferente. Foi uma longa fase de adaptação, cursei o ensino fundamental I e II na Escola Estadual Coronel José Cândido onde concluí todas as series.

O primeiro e o segundo ano do ensino médio cursei na escola Estadual Paula Franssinete, depois o terceiro ano fiz o projeto “A caminho da Cidadania” pela Escola Estadual Benedito Ferreira Calafiori. E no ano de 2005 retornei os estudos no curso técnico em Contabilidade realizado na Escola Estadual Clóvis Salgados e concluí o curso em 2007.

Em 2013, deu-se início ao curso superior na Faculdade Calafiori em Licenciatura Plena em Pedagogia. Escolhi este curso, na realidade, em busca de melhora no currículo escolar, e também para exercer a profissão.

O tema escolhido é polêmico porque sexualidade torna-se difícil. Por ser amplo, muitas vezes ao não entender gera uma situação constrangedora. Escolhi o orientador por ter ajudado a escolher, e nos ajudou a melhorar a postura de como tem que ser tratado o tema.

Eu, Rosinei Ap. Pereira Silva, casada, nasci no dia 08 de outubro de 1972, na Santa Casa de Itamogi, MG.

Iniciei os estudos com seis anos de idade no primeiro ano, pois em 1978 na escola rural onde estudei, não tinha pré-escolar. Não me lembro do nome da escola, era multisseriada, os professores não tinham a formação que tem hoje e o ensino deixava a desejar. Assim lembro-me que conclui o quarto ano e parei, pois, meus pais não tinham estudos para colocar no ensino fundamental.

Então, em 2011 retornei meus estudos, senti uma enorme vontade de mudar minha vida e resgatar minha dignidade e autoestima. Voltei a estudar no Cesec “Alda Polastre” Centro Estadual De Educação Continuada, ensino semipresencial pois tinha muita pressa em concluir o ensino fundamental e médio. Os professores são bons e qualificados com formação

em matérias específicas para tirar dúvidas e aplicar as provas. Em 2011 cursei de quinta a oitava série do ensino fundamental. Já em 2012 cursei do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. Como o estudo era semipresencial encontrei muitas dificuldades, pois tudo era novo, mas nunca pensei em desistir. Sempre estudava as apostilas em casa, e quando estava com dúvidas ia na escola tirá-las e em seguida fazia as provas.

Ainda em 2012 prestei vestibular para o curso de pedagogia na Faculdade Calafiori e para minha surpresa fui aprovada. Senti-me ótima, pois fazendo aulas semipresenciais pensei na possibilidade de não passar e ter que fazer novamente o vestibular no início do ano.

O curso de pedagogia também não foi fácil, encontrei dificuldades em algumas disciplinas, professores e também com colegas de sala, mas além disso encontrei amigas verdadeiras e sinceras que irei levar para sempre comigo. Ganhei muito aprendizado, experiências e vivências memoráveis nestes quatro anos que levarei para a vida toda. Conquistas valiosas que espero ser apenas o começo de um futuro promissor que busco. Este é apenas o início da minha trajetória, espero ir muito além e conseguir ser uma educadora a altura dos meus mestres e retribuir tudo que aprendi, e transferir para meus educandos.

Este trabalho constitui um estudo que busca analisar as relações sobre o corpo, gênero e sexualidade, sobretudo a perspectiva da educação sexual nas concepções de Foucault e pesquisadoras brasileiras na área como Louro e Figueiró, entre outros.

Desde há muito tempo, o tema sexualidade vem sendo motivo de constante preocupação devido aos preconceitos, tabus, mitos e credices existentes, principalmente nos tempos atuais. É preciso avaliar as questões que se conectam à educação sexual, tendo em vista a importância de se desenvolver uma saúde sexual e reprodutiva favorável, tanto no nível pessoal quanto na população em geral. É um assunto que desperta interesse, curiosidade e fascínio. E discutir sexualidade implica em estimular debates na sociedade, envolvendo as identidades, práticas sexuais e diversos tipos de conceitos, exigindo atenção especial. Remete as questões que transpõem a importante contribuição de Freud para a sexualidade do século XX, sobre a centralidade do sexo em aspectos do desenvolvimento humano (SCHINDHELM, 2011). Segundo Sarmiento (2009), a criança é o sujeito das infâncias, que se apresentam em realidades atravessadas por desiguais oportunidades de desenvolvimento.

A sexualidade envolve o crescimento global do indivíduo, tanto intelectual, físico, afetivo-emocional e sexual propriamente dito. A maioria dos pais acha constrangedor

conversar sobre sexualidade com seus filhos, ora pela educação herdada, ora pela repressão ou por não saber abordar o tema.

A educação sexual é a informação às crianças e jovens, futuros adultos, pais e cidadãos, no entanto os professores reclamam à formação contínua, no sentido de se sentirem preparados para essa tarefa.

Conforme os pesquisadores da sexualidade humana, todos nós nascemos machos e fêmeas: a sociedade é que nos faz homens e mulheres. Este é um dos ensinamentos básicos da antropologia e da sexologia: a sexualidade humana não é fruto do instinto, mas uma construção cultural.

Segundo Dinis e Luz (2007, p. 9):

[...] são experiências que já aprendemos no momento em que estamos inseridos em uma sociedade. Elas fazem parte da dimensão do humano, à qual pertencemos, portanto, obrigatoriamente, convivemos com elas, já que somos sujeitos histórico-culturais que constroem suas identidades na relação com o/a outro/a.

Vem sendo constantemente discutidas no sistema educacional, novas teorias que buscam falar sobre esse tema que evolui constantemente e o afastamento da ideia genérica de que esta é atrelada por comportamentos animais, através do sexo, mas também com a questão psicológica do ser.

Assim surge a necessidade de debater o assunto na escola, o educador muitas das vezes serve de inspiração e espelho para o aluno, devendo analisar a real problemática.

Mediante o exposto, e baseando-nos em referenciais teóricos sobre essas questões, o presente trabalho tem como objetivo salientar a relação entre os gêneros e a sexualidade na escola. Especificamente, identificar o significado de sexualidade, gênero e educação sexual; analisar a sexualidade em gêneros na educação.

Para o desenvolvimento deste estudo optou-se pela revisão de literatura, utilizando obras de teóricos como Foucault, Louro e Figueiró, visando identificar a análise da relação entre gêneros e a sexualidade na escola, e a importância de conhecer a temática sexualidade para que essas relações ocorram de maneira mais natural.

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa é descritiva e de acordo com Triviños (1987, p. 28):

A pesquisa qualitativa com apoio teórico na fenomenologia é essencialmente descritiva. E como as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga, e como aquelas são produto de uma visão subjetiva, rejeita toda expressão quantitativa, numérica, toda medida. Desta maneira, a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto.

Esse método de pesquisa de caráter histórico-estrutural é coerente, lógico e consistente. Assim os resultados são expressos em narrativas e parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência, suas relações e intui as consequências que terão para a vida humana.

Esse tipo de pesquisa está preocupado com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto, e segundo Triviños (1987, p. 29):

A pesquisa de caráter histórico-estrutural, dialético, não ficou só na compreensão dos significados que surgiam de determinados pressupostos. Foi além de uma visão relativamente simples, superficial, estética. Buscou as raízes deles, as causas de sua existência, suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais.

Foram estabelecidos os critérios para o levantamento bibliográfico e seleção de artigos, abordando aspectos relacionados ao título e artigos publicados em periódicos utilizando as palavras-chave como: educação sexual, sexualidade, gêneros.

## 1. INTRODUZINDO O TEMA GÊNERO E SEXUALIDADE

A sexualidade tornou-se objeto de estudos de diferentes áreas do conhecimento, e vários estudos foram e vêm sendo produzidos nas instituições, na família, na escola, modelando e definindo a sexualidade como sujeitos no dia a dia das relações sociais.

A escola é amplamente envolvida com as formas culturais e sociais de viver e constituir identidades sociais e sexuais, e tem o grande desafio assumir os choques e desacordos de opinião devido as vivências cotidianas e que tem relação com os princípios pessoais de cada um.

De acordo com Dessen e Polonia (2007, p. 22):

A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão. Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social.

A integração entre escola e família gera efeitos para o desenvolvimento social e cognitivo, importantes para o crescimento escolar. São os dois principais ambientes de desenvolvimento humano e se tornam adequados para introduzir temas como gênero e sexualidade.

A afetividade e sexualidade constituem em elementos essenciais na formação da identidade integral, da autoestima, bem-estar físico e emocional dos indivíduos. O atual desafio que os educadores têm é compreender a relação integral que a sexualidade assume e reclama para uma educação sexual formal completa (ANTUNES e ALVES, 2014).

Temas como sexualidade são importantes no desenvolvimento e na vida das pessoas, pois independentemente do potencial reprodutivo, estão relacionados com o prazer, necessidade básica das pessoas. Assim sendo, é algo essencial, que está presente desde os primeiros dias de vida revelando-se de forma diferentes durante as fases da vida. Seu desenvolvimento é caracterizado pela cultura e história, sendo que cada sociedade cria as regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual dos indivíduos.

Segundo Foucault (2006) *apud* Pereira Júnior (2016) “o corpo não escapa à história, e nem se constitui apenas em decorrência da lei fisiológica, cria resistências em relação as ordens biológicas, culturais ou políticas que definem medidas”.

### 1.1 Histórico da Sexualidade e Gênero

O tema “sexualidade” se tornou relevante e, do campo restrito à religião e à filosofia, no século XIX, passou a objeto de estudo de especialistas de diferentes disciplinas. Porém, ainda que a preocupação desses especialistas esteja voltada para a materialidade, é necessário lembrar que:

“[...] embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente corpo relacionando-se tanto com as nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico” (WEEKS, 2000, p. 38).

O discurso religioso a respeito do sexo, ou das regras de exercício da sexualidade, modifica-se a partir do fim do século XVIII, transformando-se em discurso científico da sexualidade, um discurso passa para o poder médico, tornando-se então um discurso “sanitarista”, “higienista”, no qual o pecado e o não pecado cedem espaço saudável e ao não saudável (FOUCAULT, 2006).

Foucault (2006) busca então saber quem são os autores dos discursos sobre sexo, e conhecer a partir daí as intenções desses discursos, as ligações entre o poder e prazer, e como o controle dos prazeres, controle este exercido de forma quase imperceptível.

Segundo Louro (2000, p. 28):

“[...] o desenvolvimento da linguagem que usamos é um indicador valioso e está em constante evolução. O termo "sexo", por exemplo, significava, originalmente, simplesmente, "o resultado da divisão da humanidade no segmento feminino e no segmento masculino". Referia-se, naturalmente, às diferenças entre homens e mulheres, mas também à forma como homens e mulheres se relacionavam. No período que compreende, aproximadamente, os últimos dois séculos, "sexo" adquiriu um sentido mais preciso: ele se refere às diferenças anatômicas entre homens e mulheres, a corpos marcadamente diferenciados e ao que nos divide e não ao que nos une.

A autora esclarece que sexo é usado no sentido de um termo descritivo para as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, que vemos como diferenciando homens e mulheres. Embora essas distinções anatômicas sejam geralmente dadas no nascimento, os significados a elas associados são altamente históricos e sociais. Para descrever a diferenciação social entre homens e mulheres, a estudiosa claramente utiliza o termo gênero.

De acordo com Ribeiro (2011, p. 47) “não é possível falar em gênero, sem retomar o contexto de surgimento do conceito. A história dessa categoria de análise coincide com o movimento feminista.” A chamada primeira onda do feminismo, datada do início do século XIX, nos EUA e Europa, foi marcada fundamentalmente pela luta das mulheres pelo direito ao voto. As reivindicações, naquele momento, eram pensadas em benefício das mulheres.

A segunda onda do movimento, na década de 1960, ganhou outras preocupações (indo além de questões sociais e políticas, como direito da mulher, separação entre maternidade e sexualidade, denúncia de opressão feminina) e incluiu a questão da fundamentação teórica do conceito de gênero (LOURO, 2003).

Segundo Ribeiro (2011, p.48):

Pensar sob a ótica de gênero é justamente questionar a explicação da desigualdade entre homens e mulheres a partir da diferença biológica, da distinção sexual, de uma marca física: sendo uma consequência da natureza, tornar-se impossível mudar sua realidade, então não é a diferença sexual em si que faz do feminino e do masculino o que eles são, mas sim, as interpretações que podem receber, em determinada sociedade e contexto histórico. As posições que homens e mulheres ocupam na sociedade não estão relacionadas ao sexo, mas à construção social.

As diferenças entre as mulheres e os homens são destacadas a partir de um elemento em comum, o sexo, e essas generalizações culturais ganham força. Entretanto, a diferença entre os sexos com justificativa de ordem biológica não faz parte do passado e podemos observar discussões sobre esse assunto no mundo atual.

As autoras Vianna e Unbehaum (2006) também lembram que:

[...] o conceito de gênero na educação parte do reconhecimento do caráter social e historicamente construído das desigualdades fundamentadas sobre as diferenças físicas e biológicas e, por vezes, denuncia o pretensão caráter fixo e binário de categorias como o feminino e o masculino (VIANNA e UNBEHAUM, 2006, p. 2).



Segundo Fausto-Sterling (2000, pg. 45 *apud* Ribeiro, 2011):

Gênero e sexualidade nos aparecem frequentemente como traços universais da existência humana. Será necessário que tal aparente universalidade signifique que gênero e sexualidade humanos são inatos e apenas superficialmente moldados pela experiência social? Podemos perceber que este é o caminho equivocado.

Diante do exposto pelo autor acima, para não cair nesse equívoco, após a apresentação do conceito de “gênero”, é necessário expor o conceito de “sexualidade”.

Conforme os estudos de Louro (2000, p. 29) o termo sexualidade é usado como “descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas”.

Segundo Parker (2003) *apud* Ribeiro (2011) a sexualidade está mergulhada na dimensão social, histórica e cultural, portanto, não é natural, fixa e, por isso, as desigualdades e as injustiças nela implicada são passíveis de transformação. Louro (2003) também afirma que a sexualidade é “aprendida”, ou melhor, é construída, ao longo da vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.

Souza *et al.* (2011, p. i - ii) dizem que:

Em relação ao sexo, que adquire mais importância na atualidade, Foucault indica a invenção da sexualidade enquanto um dispositivo capaz de assegurar a gestão individual do corpo e das populações, bem como a normalização das condutas expressas como responsáveis pela deturpação do pudor vitoriano, desde as mulheres histéricas, os onanistas, os incontáveis perversos, ao serem investidos pelo poder, resistem e clamam por liberdade e direitos.

Existem diferenças entre sexo e sexualidade enquanto dispositivos históricos. Para Foucault o sexo (séc. XVIII) está relacionado com a família, pois é nele que se realiza o “dispositivo de aliança”. Neste caso, o discurso está articulado às obrigações religiosas e legais do casamento. Sendo assim, liga-se à “transmissão da riqueza, da propriedade e do poder”. Já a sexualidade (séc. XIX) é outra forma histórica de discurso relativo ao sexo; nasce de uma separação entre o sexo e o dispositivo de aliança.

Nesse último exemplo temos uma série de dispositivos, constantemente retomados ao longo do texto: demografia; controle de natalidade; economia política da população;

interdição do sexo das crianças; sexo entre adolescentes como problema público. Nota-se que a interdição é apenas uma espécie dentro de tal dispositivo, e não sua forma geral.

Segundo Foucault (1988, p. 102):

Dizer que o dispositivo de sexualidade substituiu o dispositivo de aliança não seria exato. Pode-se imaginar que talvez, um dia, o substitua. Mas de fato, hoje em dia, se por um lado tende a recobri-lo, não o suprimiu nem tornou inútil. Historicamente, aliás, foi em torno e a partir do dispositivo de aliança que o de sexualidade se instalou.

Segundo Foucault, o dispositivo da aliança e o dispositivo da sexualidade são paralelos. Sendo que o dispositivo da aliança é relacionado à reprodução, de formas tradicionais nas famílias e a proibição é um evento característico desse dispositivo. Já o dispositivo da sexualidade seguiu um novo ideal, relacionado ao sexo para a vigilância e saúde.

## 1.2 A subjetividade do ser: a sexualidade

O tema sexualidade passou, nos últimos anos, por uma nova avaliação, e ela não se reduz ao domínio dos impulsos genitais. A sexualidade abrange toda a pessoa humana. A influência da sexualidade no psicológico da pessoa não se diminui, mas tem repercussão em todas as manifestações da vida pessoal.

Foucault expõe um conceito onde: “sexualidade é o conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa” (FOUCAULT, 1988, p. 120).

De acordo com Altmann (2001, p. 576):

A sexualidade é o que há de mais íntimo nos indivíduos e aquilo que os reúne globalmente como espécie humana. Está inserida entre as “disciplinas do corpo” e participa da “regulação das populações”. A sexualidade é um “negócio de Estado”, tema de interesse público, pois a conduta sexual da população diz respeito à saúde pública, à natalidade, à vitalidade das descendências e da espécie, o que, por sua vez, está relacionado à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade.

Além da disputa política, a autora explica que a sexualidade possibilita vigilâncias, controles, exames médicos, etc. Sendo um tema de importância tanto em aspectos privados quanto públicos. Em nome do bem-estar e da saúde do indivíduo, o corpo passou a ser alvo de diferentes métodos disciplinares, entendidos como um conjunto de saberes e poderes que investiram no corpo e nele se instauraram.

De acordo com Goellner (2011, p. 25):

Surgiu um conjunto de saberes e práticas voltadas para a educação da gestualidade, a correção do corpo, sua limpeza e higienização. A palavra “higiene”, nesse contexto, adquire outro significado. Deixa de designar “o que é” e de qualificar a saúde e passa a constituir um conjunto de dispositivos e de saberes que atuam no corpo. Torna-se um campo específico da medicina que objetiva qualificar não apenas a higiene do corpo, mas a higiene da cidade conferindo, a ambos, mais energia e vigor

Historicamente, a saúde da mulher era baseada em intervenções e práticas voltadas para cuidados materno-infantis, ou seja, a mulher era associada ao seu papel sócio maternal, desprovida de um corpo seu para seu cuidado e autonomia; era um corpo correlacionado à reprodução e sexualidade (BRASIL, 2004).

No Brasil, a saúde da mulher foi incorporada às políticas nacionais de saúde nas primeiras décadas do século XX, limitada, porém, às demandas relativas à gravidez e ao parto. Esse modelo traduzia uma visão restrita sobre a mulher, baseada em sua especificidade biológica e no papel social de mãe e doméstica, responsável pela criação, educação e cuidado com a saúde dos filhos e dos demais familiares (BRASIL, 2004).

Nas décadas de 20 e 30, o movimento higienista consolida práticas de maior controle sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre o corpo feminino. Nesse período é que se instituem os exames pré-nupciais como procedimentos de saúde. Em decorrência do impacto dessas ações, cresce o número de investimentos em hospitais públicos e privados.

Na década de 70, evidenciando-se ainda uma série de transformações sociais, que beneficiavam em especial à mulher, como resposta às lutas encampadas pelo movimento feminista em todo o mundo, o Ministério da Saúde estabelece bases e cria o Programa Materno Infantil (PMI). Nesse momento, incluem os fatores risco, vulnerabilidade e contracepção, mas a ação e a ideologia são basicamente as mesmas das décadas anteriores (MANDU, 2002).

De acordo com Reis (2010, p. 40):

Consolida-se, então, uma política de planejamento familiar, movida por questões internacionais de controle de populações menos favorecidas. O uso do método contraceptivo é difundido entre as mulheres, ainda que nem todas as fossem contempladas. O número de partos bem como o de esterilizações aumenta e o olhar para a sexualidade, centrado em suas disfunções, torna-se especialidade médica. Os homens não eram incluídos ou sequer percebidos como participantes do ciclo reprodutivo e da sexualidade, sendo a mulher a única responsabilizada pela concepção e cuidados com a criança. Também não se levava em conta os aspectos socioculturais e de gênero, ambos bastante pertinentes para o enfoque da reprodução e da sexualidade, conforme evidenciados mais tarde.

No início dos anos 80 é que esses aspectos são revistos, especialmente pela luta feminista em prol dos direitos da mulher, e as questões de gênero e relações de poder às quais as mulheres estão condicionadas passam a ser questionadas. As feministas se organizam para as tradicionais reivindicações, agregando de forma mais contundente questões ligadas à saúde reprodutiva e à sexualidade e o enfrentamento das relações de gênero em setores considerados “pensadores” de estratégias de oposição (partidos, sindicatos, universidades).

Segundo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher:

A humanização da atenção em saúde é um processo contínuo e demanda reflexão permanente sobre os atos, condutas e comportamentos de cada pessoa envolvida na relação. É preciso maior conhecimento de si, para melhor compreender o outro com suas especificidades e para poder ajudar sem procurar impor valores, opiniões ou decisões. A humanização e a qualidade da atenção são indissociáveis. A qualidade da atenção exige mais do que a resolução de problemas ou a disponibilidade de recursos tecnológicos. E humanização é muito mais do que tratar bem, com delicadeza ou de forma amigável (BRASIL, 2004, p. 60).

Se a escola é uma instituição onde se instalam estratégias para esclarecimentos sobre sexualidade, há de se discutir como isso ocorre. Há de se analisar de que maneira a sexualidade avança no espaço escolar disseminando responsabilidades sobre os corpos.

## 2. EDUCAÇÃO SEXUAL NA SOCIEDADE

Sociedade é o agrupamento de seres que convivem em colaboração mútua e que habita em certo período de tempo e espaço, seguindo um padrão comum de coletividade. Portanto, a sociedade tem que aprender a falar sobre sexualidade e a contribuir para que jovens e crianças tenham condições de fazer suas próprias decisões e se defender de situações de risco.

Segundo Louro (2004, p. 18):

[...] a construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas circunstâncias, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo.

A autora ainda acrescenta que por muito tempo, suas orientações e ensinamentos pareceram absolutos, quase soberanos. Mas como esquecer, especialmente na contemporaneidade, a sedução e o impacto da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet. Ainda que normas culturais de há muito assentadas sejam reiteradas por várias instâncias, é indispensável observar que, hoje, multiplicaram-se os modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade (LOURO, 2004).

Britzman (2000) considera um modelo de educação sexual que está mais próximo da experiência da leitura de livros de ficção e poesia, de ver filmes e do envolvimento em discussões surpreendentes e interessantes, pois quando nos envolvemos em atividades que provocam nossa imaginação, que nos propiciam questões para refletir e que nos fazem chegar mais perto da indeterminação do eros e da paixão, nós sempre temos algo mais a fazer, algo mais a pensar.

Conforme analisado por Britzman (2000, p. 68) “poderemos ser capazes de desenvolver uma compreensão de como a educação sexual tem sido usada para sustentar desigualdades raciais e de gênero, bem como hierarquias sociais durante a história”:

“[...] já em 1895, estavam ocorrendo, nos Estados Unidos, debates sobre se a sexualidade deveria ser colocada no currículo escolar, mesmo quando, poderíamos dizer, o sexo já estava lá. No Canadá, os eugenistas abriram as portas da escola para a educação sexual para as pessoas "normais" ao colocarem a vida sexual sob escrutínio público. Por volta de 1910, a educação sexual estava vinculada aos esforços curriculares da escola para

aperfeiçoar a linhagem racial branca. A educação sexual iria se tornar indistinguível desses esforços eugenistas do Estado em favor da propagação racial anglo-saxônica branca. [...]"

No Brasil a educação higiênica e sanitária, a educação sexual, a reprodução humana e debates em torno da miscigenação, branqueamento e a regeneração racial estavam entre os temas mais tratados pelos eugenistas brasileiros no início do século XX. Porém, esse modelo foi menos radical do que aquele divulgado pelos Estados Unidos e em países da Europa.

Figueiró (2009, p. 63) diz:

[...] que temos acompanhado o grande aumento da procura por terapia sexual, tanto por adultos, quanto por jovens de ambos os sexos. Nessa época atual onde presenciamos mais liberação sexual, parece contra que isto se dê; no entanto, um dos grandes motivos para esta situação encontra no fato de que, apesar das mudanças de várias normas sexuais ocorridas nos últimos 20 anos, a repressão se faz muito presente.

Na maioria das vezes, a repressão encontra-se presente nas relações diárias, sejam elas relações familiares, relações escolares ou de algum outro grupo social.

Para mostrar um pouco mais o que vários estudiosos têm chamado a atenção para a Educação Sexual informal, Lorencini Júnior (1997, p.93) *apud* (Figueiró, 2009), caracteriza, de forma interessante, a imersão desse tipo de educação na cultura, ao dizer:

Ao longo da vida, num processo contínuo de busca dos sentidos da sexualidade, o indivíduo sofre a todo momento as influências diretas daquilo que denominamos 'cultura da sexualidade'. Essas influências, advindas da família, dos meios de comunicação, da religião ou da escola pressionam, exigem e moldam o indivíduo para adaptá-lo aos padrões de comportamento impostos pela sociedade (LORENCINI JUNIOR, 1997, p. 93 *apud* FIGUEIRÓ, 2009).

O sexo nas sociedades cristãs se tornou algo que era preciso vigiar, confessar e transformar em assunto. Podia-se falar de sexualidade, mas somente para proibir. A explicação da sexualidade se deu nos discursos e na realidade das instituições e das práticas. As proibições faziam parte de uma economia complexa (RIBEIRO, 1999).

O autor acima citado enfoca a questão da homossexualidade, ponderando que, em torno de 1870, os psiquiatras passaram a considerá-la como objeto de análise médica, ponto de partida para a introdução de novas intervenções e controles. Os homossexuais passaram,

assim, a ser percebidos como loucos ou doentes do instinto sexual. Surge, então, a invenção estratégica da "mesma" vontade de verdade. O mesmo acontece com as demais minorias: a mulher, o negro, etc. Os mesmos mecanismos levam à patologização (que é atribuir doença ou anormalidade, mesmo ela não existindo) da mulher ao considerar seu sexo frágil, quase doente.

Os movimentos feministas aceitam o desafio ao assumirem sua singularidade e suas consequências e reinventam seu próprio tipo de existência, partindo dessa sexualidade que as aprisionam para direcionarem-se às outras afirmações, conclui o autor. Por exemplo, que o importante nos movimentos de libertação da mulher não é a reivindicação em si, mas o fato de terem partido do próprio discurso que era formulado no interior dos dispositivos de sexualidade. Os movimentos surgem, no século XIX, como uma verdadeira "dessexualização", como um deslocamento em relação à centralização sexual do problema, para reivindicar formas de cultura, de discurso, de linguagem e outros, diferente da determinação e fixação vigente (RIBEIRO, 1999).

Essa discussão não é recente. Já na década de 20, encontramos registros de escolas que desenvolviam trabalhos na área da educação sexual. Mas é nos anos 80 que as experiências se sucedem mais frequentemente, com os trabalhos desenvolvidos de maneira mais sistemática.

No início, trabalhava-se a sexualidade não porque acreditavam ser importante para o desenvolvimento integral do indivíduo, mas porque as pessoas começaram a ter a visão de que a educação sexual deveria ser discutida de uma forma que tratasse dos problemas que estavam aparecendo, como: a gravidez na adolescência, o uso de drogas por adolescentes e devido à preocupação de pais e educadores com o aparecimento de doenças, que começava a "ameaçar" também os jovens e mudar todos os conceitos e maneiras de vivenciarem a própria sexualidade (RIBEIRO, 1999)

Existe então uma necessidade de conhecer melhor os mitos, tabus e a realidade da sexualidade para abordá-la de forma tranquila e com diálogos abertos honestos com as pessoas e entender as manifestações.

Segundo Cano *et al.* (2000, p. 18):

O sexo tornou-se um dos assuntos mais discutidos nos tempos modernos, embora Freud, já nos fins do século passado, tenha escrito e debatido muitas questões relativas à sexualidade e ao comportamento sexual. Sua filosofia tem sido amplamente divulgada e incrementada no mundo atual, pois a sociedade vem passando por profundas transformações desde a II Guerra

Mundial, ressaltando-se que, neste último século, a mulher adquiriu uma “liberdade sexual” e social totalmente desconhecida há três gerações. Em seu novo papel de mulher, independente, tem competido em muitos terrenos com o homem e tem ocupado cada vez mais seu lugar, quer seja nas artes, na literatura, na indústria ou nos esportes.

Transformações culturais e morais causaram vários problemas sociais e agravaram outros como: prostituição, aborto, homossexualidade, divórcio. Com isso, a família sofreu sérios abalos, o que fez a população discutir mais o assunto e analisar mais profundamente o relacionamento entre os seres humanos.

Cabral (1995) *apud* Cano *et al.* (2000) acrescenta uma outra ideia repassada pela doutrina cristã no ocidente, que é a dualidade entre corpo e alma, na qual a alma é mais importante que o corpo, pois a mesma recebeu de Deus a existência e a imortalidade. Essa ideia favoreceu uma educação sexual que nega o corpo ou o coloca em segundo plano. Ao longo da história ocidental, esta tem sido uma forma de os homens viverem a sexualidade de maneira reprimida.

Segundo Figueiró (2007, p. 27):

É direito do aluno conhecer sobre seu corpo e sobre a sexualidade. É direito do aluno ter oportunidades para pensar criticamente sobre todo o conjunto de valores e normas morais que a sociedade cria em torno da sexualidade e, a partir de daí poder formar sua própria opinião e estar devidamente preparado para tomar decisões sobre sua vida sexual, com liberdade e responsabilidade. Isto implica num processo de construção da autonomia moral, em que se possibilita, ao aluno, construir seus próprios valores e ser sujeito de sua sexualidade.

Coordenados por um educador a educação sexual é mais que aulas sobre biologia e fisiologia da sexualidade, esse espaço gera oportunidades para discussão, reflexão e debates em grupo com os colegas. E é muito importante o ambiente que se possibilita trabalhar com as dúvidas e os sentimentos.

Meyer (2011, p. 18) apresenta:

Gênero introduziu uma mudança que continua sendo, ainda hoje, alvo de polemicas importantes para as mulheres. Trata-se do fato que o conceito sinaliza não apenas para as mulheres e nem mesmo toma exclusivamente suas condições de vida como objeto de análise. Em vez disso, ele traz implícita a ideia de que as análises e as intervenções cultivadas devem considerar, ou tomar como referência, as relações de poder entre homens e



mulheres e as muitas formas sociais e culturais que os constituem como “sujeitos de gênero”.

Segundo a autora acima, “se nós não nascemos mulheres, nós nos tornamos mulheres, o mesmo se pode dizer dos homens.” Isso sugere analisar os processos, estratégias e práticas sociais e culturais que produzem ou educam indivíduos como mulheres e homens de determinados tipos, sobretudo se quisermos investir em possibilidades de propor intervenções que permitam modificar, as relações de poder de gênero vigentes na sociedade em que vivemos.

## 2.1 Sexualidade e Cultura

A sexualidade faz parte da vida de todas as pessoas, com características específicas de cada indivíduo. O corpo possui características e obedecem a leis de funcionamento biológico, entretanto a construção da sexualidade é mais complexa, envolvendo aspectos sociais, psíquicos, culturais e individuais. Uma manifestação humana que se modifica conforme os diferentes períodos da história e contextos culturais.

De acordo com Goellner (2011, p. 26):

Estudar o corpo como algo fruto da cultura é, ao mesmo tempo, um desafio e uma necessidade. Um desafio, pois, rompe com o olhar naturalista sobre o qual muitas vezes o corpo é observado, explicado, classificado e tratado. Uma necessidade porque ao desnaturalizar revela, que o corpo é histórico. Um corpo é também o seu entorno.

O corpo também é a roupa e os acessórios, não somente um conjunto de músculos e sensações. É um conjunto de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas. Não só as semelhanças biológicas que o definem, mas os significados culturais e sociais que a ele se atribuem.

Segundo Louro (2008, p. 19):

Transformações são inerentes à história e à cultura, mas, nos últimos tempos, elas parecem ter se tornado mais visíveis ou ter se acelerado. Proliferaram vozes e verdades. Novos saberes, novas técnicas, novos comportamentos, novas formas de relacionamento e novos estilos de vida foram postos em ação e tornaram evidente uma diversidade cultural que não parecia existir. Cada vez mais perturbadoras, essas transformações passaram a intervir em

setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais.

Novas tecnologias reprodutivas tornaram-se possíveis, modificando as formas de gerar, nascer, crescer, de amar ou de morrer. Muitas pessoas tornaram-se acessíveis por causa do acesso ao computador e sua interação com as redes sociais, auxiliando nas relações afetivas e amorosas. Relações que de acordo com a autora acima desprezam dimensões de espaço, de tempo, de gênero, de sexualidade, de classe ou de raça.

Segundo Cano *et al.* (2000) essas transformações culturais e morais acarretaram inúmeros problemas sociais novos ou agravaram outros já existentes como: prostituição, aborto, homossexualidade, desajustes conjugais, divórcio e outros. Com isso, a “célula” da sociedade que é a família sofreu sérios abalos, o que fez com que pesquisadores e cientistas estudassem o problema da sexualidade de forma profunda, reformulando conceitos e respondendo aos problemas de relacionamento sexual através de inúmeros textos científicos.

A sexualidade foi fortemente influenciada pelas ideias cristãs, culturais, políticas e econômicas, nas quais a iniciação sexual da mulher deveria se dar no casamento e ter fins procriativos, enquanto ao homem eram permitidas a prática sexual e a busca do prazer fora dos limites do matrimônio (CANO *et al.*, 2000).

AUAD, (2003 *apud* SANTOS, 2009, p. 2) relata que:

Mais tarde é que os homens perceberam que participavam do processo de reprodução. Mas como garantir a paternidade sem ser atormentado pela dúvida se o filho é mesmo seu? Assim, o homem se valeu da estratégia do confinamento da mulher no espaço privado da casa onde só ele pudesse ver e tocar. Portanto, o que se buscava era um processo de continuidade de gerações preservadas pelos genes. Esta foi a forma com a qual os homens firmaram alianças com o interesse de perpetuação da própria humanidade.

Santos (2009) diz que o poder para as mulheres estava restrito ao campo do imaginário, do discurso e da vida doméstica. A sua glorificação estava centrada no dever em elevar o homem, educando-o, civilizando-o para os grandes feitos históricos. Dessa forma, a “mulher depreciada” (a diabolizada) e a “mulher enaltecida” (a idealizada) eram pensadas por e pelos homens.

As atividades corporais e esportivas (a ginástica, os esportes e lutas) não eram recomendadas às mulheres porque poderiam ser prejudiciais à natureza de seu sexo

considerado como mais frágil em relação ao masculino. Centradas em explicações biológicas, mais especificamente, na fragilidade dos órgãos reprodutivos, e na necessidade de sua prevenção para uma maternidade sadia. Essas proibições conferiam diferentes lugares sociais para mulheres e para homens onde o espaço privado (o lar) passou a ser reconhecido como de domínio da mulher, que nele poderia exercer as virtudes consideradas como próprias de seu sexo tais como a paciência, a intuição, a benevolência, entre outras (GOELLNER, 2011).

Margareth Mead *apud* Santos (2006) trouxe à tona essa discussão ao publicar suas considerações sobre padrões comportamentais de uma pesquisa realizada entre 1931 a 1934 no continente asiático, observando povos primitivos. Naquela época, deu visibilidade a fenômenos que, ainda nos dias atuais, estimulam os debates acadêmicos antropológicos. O “chamado exótico” (então objeto fundamental de estudo dos antropólogos) permitiu, entre deslocamentos e passagens rituais, vivenciar o sentimento de estranheza associado ao fascínio em tornar público à heterogeneidade de temperamentos e personalidades sexuais existentes entre aqueles povos primitivos observados por ela e que eram tão diferentes dos povos ocidentais.

Segundo Goellner (2011), o autor Michel Foucault possui uma contribuição muito importante no campo teórico da cultura do corpo. Em especial, quando expõe o corpo afirmando serem nossos gestos construções culturais historicamente datadas. Ao analisar algumas instituições como escolas, fábricas, hospitais, prisões, ele fala não apenas do corpo, mas ainda do poder que investe no corpo diferentes disciplinas de forma a conhece-lo e controlar no detalhe.

Para Foucault *apud* Goellner (2011), o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera apenas pela ideologia ou pela consciência, mas tem seu começo no corpo, com o corpo. Problematizar o corpo com os significados e a valorização que algumas culturas atribuem a alguns corpos, as práticas narrativas a eles associados, as hierarquias que a partir da sua anatomia se estabelecem.

Nas questões sobre gênero, Meyer (2011, p. 20) diz que:

Como nascemos e vivemos em tempos, lugares e circunstâncias específicos, existem muitas e conflitantes formas de viver a feminilidade e a masculinidade. Apoiando-se em perspectivas que concebem a cultura como sendo um campo de luta e contestação com sentidos múltiplos e nem sempre convergentes de masculinidade e de feminilidade, noções essencialistas, universais e trans-históricas de cada homem e mulher passam a ser consideradas simplistas e contestadas.

O conceito de gênero enfatiza essa pluralidade e conflitos dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos.

A cultura de nosso tempo e a ciência por ela produzida, e que também a produz ao responsabilizar o indivíduo pelos cuidados de si, realça a todo momento que somos o resultado de nossas opções. O que significa dizer que somos os responsáveis por nós mesmo, pelo nosso corpo, pela saúde e pela beleza que temos ou deixamos de ter (GOELLNER, 2011).

Segundo Louro (2011) novas identidades culturais obrigam a reconhecer que a cultura, longe de ser homogênea e monolítica, é complexa, múltipla, desarmoniosa, descontínua. Muitos afirmam, desconfortavelmente, que essas novas identidades “excêntricas” passaram não só a ganhar importância e também a se constituir no novo centro das atenções.

Torna-se necessário admitir que cada articulação de gênero (tais como raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade) produz modificações importantes nas formas pelas quais as feminilidades ou as masculinidades são, ou podem ser, vividas e baseadas por grupos diversos dentro dos mesmos grupos, ou ainda pelos mesmos indivíduos, em diferentes momentos da vida.

### 3. SEXUALIDADE NA ESCOLA

A sexualidade é relevante no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, a sexualidade é entendida como algo inerente, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento.

Sendo a sexualidade construída ao longo da vida, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito. Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Antropologia, História, Economia, Sociologia, Biologia, Medicina, Psicologia e outras mais. Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade é, de forma bem mais ampla, expressão cultural. Cada sociedade cria conjuntos de regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual de cada indivíduo. Nesse sentido, a proposta de Orientação Sexual considera a sexualidade nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural.

Louro (2011) apresenta que, talvez, seja mais vantajoso para os educadores deixar de considerar essa diversidade de sujeitos e de práticas como um problema e passar a pensá-la como componente do nosso tempo. “Um tempo em que a diversidade não funciona mais como base na lógica da oposição e da exclusão, mas em vez disso supõe uma lógica mais complexa.”

Figueiró (2009) nos põe para refletir qual seria o papel do professor que se dispõe a falar sobre sexualidade no espaço da escola? Alguns pais preocupam-se, justamente, por temer que os professores passem, para seus filhos, os valores que eles, professores, defendem. Assim, por exemplo, pais conservadores, que defendem a virgindade até o casamento (para as filhas, na maioria das vezes), temem que professores possam pregar valores divergentes, incentivando, no caso, o sexo antes do casamento. O contrário também pode acontecer, ou seja, pais que pretendem que seus filhos sejam livres para decidir, com responsabilidade, sobre sua vida sexual, temem que professores conservadores venham lhes inculcar ideias de bem-querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade.

Inclui os valores e as normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual. Apesar da abrangência maior da sexualidade, merecem ser devidamente considerados o papel e o valor do sexo; para isso, Figueiró (2009) cita um trecho do trabalho de Machado (1995) que expressa o sexo como “um modo de as pessoas se encontrarem e fazerem deste encontro um momento muito agradável e prazeroso, cheio de atos carinhosos e tornando as pessoas muito íntimas e ligadas entre si de pecado”.

Meyer (2011, p. 20) diz que:

Os estudos contemporâneos sobre o espaço escolar as práticas pedagógicas que nele se desenvolvem, bem como os estudos que se têm envolvido com as pedagogias culturais têm mostrado como estamos em nossa sociedade, sempre agindo a partir de uma identidade que é a norma, que é aceita e legitimada e que se torna, por isso mesmo, quase invisível (a masculinidade branca, heterossexual, de classe média e judaico-cristã). Esses estudos buscam discutir é exatamente como a norma e a diferença são produzidas, que instâncias sociais estão envolvidas e quais são os efeitos de poder dessa produção.

A sexualidade é primeiramente abordada no espaço privado, pelas relações familiares. Assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças assumam. De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de autorreferência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação.

O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. A Orientação Sexual não diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo, portanto, caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico.

Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno. Tal postura deve inclusive auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que

pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como uma vivência pessoal. Apenas os alunos que demandem atenção e intervenção individuais devem ser atendidos separadamente do grupo pelo professor ou orientador na escola e, dentro desse âmbito, poderá ser discutido um possível encaminhamento para atendimento especializado.

De acordo com Meyer (2011, p.21):

O feminismo e os movimentos sociais de grupos minoritários, que vieram junto com ele ou depois dele, e os que se agregam a eles, ajudaram então a redefinir e a ampliar não só os sentidos de educativo, mas também os de político, de um modo que temas como corpo, sexualidade, maternidade, relações afetivas e muitos outros mais pudessem ser problematizados a partir deles. Segundo a autora promover pesquisa na perspectiva de gênero possibilita não só discutir e repensar nossa inserção social como mulheres e homens e como profissionais de educação, mas pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, não só no que se refere ao gênero, mas em todos os seus níveis e relações.

A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando, se não uma isenção total, o que é impossível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa.

Por exemplo, na discussão sobre a virgindade entre um grupo de alunos de oitava série com seu professor abordam-se todos os aspectos e opiniões sobre o tema, seu significado para meninos e meninas, pesquisam-se suas implicações em diferentes culturas, sua conotação em diferentes momentos históricos e os valores atribuídos por distintos grupos sociais contemporâneos. Após essa discussão é uma opção pessoal do aluno tirar (ou não) uma conclusão sobre o tema virgindade naquele momento, não sendo necessário explicitá-la para o grupo. Já no espaço doméstico o mesmo tema, quando abordado, suscita expectativas e ansiedades dos pais, questões muito diferentes das discutidas em sala de aula.

Segundo Jaques (2012), tanto no âmbito da saúde como no da educação os assuntos relacionados à sexualidade são responsáveis por vários fatores que podem resultar na promoção da saúde sexual quanto levar as pessoas a transtornos severos, caso não haja uma política para lidar com os problemas na adolescência de forma dialogada, sincera e honesta. Cabe aos pais e professores a fornecer os equipamentos adequados para desenvolver a educação sexual responsável, entregando uma vida mais digna, humana e mais feliz.

Para Heilborn e Brandão (1999), as pesquisas relacionadas à sexualidade nas Ciências Sociais voltam-se para: estudos de gênero e grandes inquéritos sobre o comportamento sexual da população (no caso da sociologia) e descrições detalhadas de valores e práticas de grupos sociais demarcados (no caso da Antropologia). A Psicologia desenvolveu a Terapia Sexual e hoje as pessoas que apresentam disfunções sexuais têm enormes possibilidades de solucionar seus problemas.

Figueiró (2009) questiona com a seguinte frase: “Teriam direito, os professores, de influenciar seus alunos com seus valores pessoais sobre o que consideram certo ou errado? ”. Eles devem criar oportunidades de reflexão e pensamento, de modo que os alunos debatam com os colegas, para que desenvolvam sua própria opinião sobre sexo pré-matrimonial, masturbação, homossexualidade, aborto e etc.

A própria Educação começa a entender e aceitar que é importante levar para a sala estudos sobre a sexualidade.

### 3.1 Educação Sexual e Plano de Ensino

Para o entendimento da sexualidade de crianças e adolescentes é imprescindível que educadores olhem sobre essas questões, pois as condutas sexuais se desenvolvem bem antes da puberdade. As crianças e os jovens compõem uma população privilegiada para as atividades de educação sexual.

Segundo o PCN (BRASIL, 2001), o uso da terminologia educação sexual é diferente do termo orientação sexual. A orientação sexual é uma intervenção sistemática planejada, realizada por profissionais da educação ou outros profissionais preparados que se propõem a fornecer informações sobre a sexualidade e organizar um espaço de reflexão sobre postura, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais.

Já de acordo com Figueiró (2010), a orientação sexual pode ser usada para referir-se à direção da atração afetivo-sexual, fazendo com que muitos autores evitem usar essa expressão por gerar confusão, sendo muitas vezes usada para indicar a identidade erótica, que pode ser homossexual, bissexual ou heterossexual. A autora defende o uso do termo educação sexual como o mais adequado para indicar a prática educativa intencional em matéria de sexualidade, pois sugere que o educando deve ser considerado sujeito ativo no processo de aprendizagem e



não um simples receptor de informações ou orientações, além de evitar o equívoco quanto a questão da diversidade sexual.

Figueiró (2007) expõe que muitos professores, quando ouvem falar sobre educação sexual, pensam que constitui temática moderna e que teria surgido depois dos anos sessenta. Alguns deles até consideram que as ações de educação sexual teriam surgido a partir de 1980, com as iniciativas oficiais da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. No entanto, a historiografia da educação sexual no Brasil mostra que, desde as primeiras décadas do século XX, médicos, educadores e até sacerdotes dedicaram-se ao estudo e difusão, nos meios acadêmico e leigo, de obras sobre sexualidade, sexologia e educação sexual.

Segundo Louro (2008), os projetos de educação sexual começaram a ser mais estimulados no Brasil a partir da segunda metade dos anos 80, devido à preocupação com a epidemia da Aids. O discurso sobre sexualidade abordou mais da ideia de risco e ameaça, enquanto que os assuntos relacionados ao prazer e a vida ficaram em segundo plano.

De acordo com Furlani (2011), na história da educação brasileira, sobretudo nos últimos trinta anos, percebemos que a agenda pedagógica mais crítica alternou as discussões sobre o papel da educação formal em momentos distintos. Nos anos de 1980 prevaleceu a tônica por uma “pedagogia libertadora” que possibilitasse “o desenvolvimento integral da criança”. Nos anos 90 “transformam” a criança como “sujeito de direitos”, cabendo à escola proporcionar-lhe não apenas o “desenvolvimento para vivência de uma cidadania plena”, mas a minimização da exclusão social. A inclusão curricular dos chamados “recursos culturais relevantes” veio de encontro a esta necessidade.

Por causa da formação cultural, acabamos carregando conosco uma gama de tabus, preconceitos e sentimento sem relação ao sexo, o que aumenta nossa dificuldade em falar abertamente sobre ele. Assim sendo, quando se propõe educar sexualmente aos alunos, há que se pensar em dar oportunidade aos professores para esses se reeducarem sexualmente, participando de estudos que os auxiliem a preparar para agir como educadores sexuais, tanto de crianças do ensino regular, quanto de crianças e adolescentes considerados pessoas com necessidades educacionais especiais (FIGUEIRÓ, 2009).

A autora ainda acredita que o assunto sexualidade é um dos que podem facilitar o processo da inclusão dos indivíduos com necessidades educacionais especiais, nas escolas

regulares, porque está relacionado, muito mais, com trabalhos de expressão de sentimentos e atitudes e de formação de valores morais, do que com conteúdo acadêmico e científico a ser dominado intelectualmente pelos alunos. Por outro lado, o ensino da sexualidade deve sempre abranger o respeito à diversidade, isto é, o respeito às pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), às prostitutas e às pessoas portadoras do vírus da AIDS. Assim, o trabalho em Educação Sexual abre-nos para repensar nossas atitudes em relação às pessoas que fazem parte das minorias, entre elas, a composta também por portadores de necessidades especiais.

A educação sexual, em qualquer nível de ensino, deve-se caracterizar pela continuidade. Uma continuidade baseada em princípios claros de um processo permanente, porque o bombardeamento midiático de informações recebidas por crianças e jovens é permanente. As situações de exclusão social, decorrentes do sexismo e da homofobia são constantes. A subjetivação da sexualidade está sendo permanentemente posta em questão pelos aparatos discursivos de uma cultura e precisa ter o contraponto reflexivo de uma educação sexual sistemática, corajosa, honesta e politicamente interessada com a crítica desses modelos de desigualdade sexual, de gênero, de etnia, de raça, de geração, de classe, de religião, etc. (FURLANI, 2011).

Segundo os planos curriculares nacionais (BRASIL, 2001) o papel da escola é proporcionar um espaço de discussão e reflexão que irá auxiliar no processo de formação do indivíduo, sendo esta diferenciada da educação realizada pela família.

### 3.2 Documento Oficial de Políticas Públicas

O PCN orienta a realização de projetos de educação sexual, com o objetivo de trazer um significado mais amplo da sexualidade humana e assuntos correlacionados como o conhecimento do corpo, diferenças, homo, hétero e bissexualidade, o ficar, namoro, casamento, gravidez, aborto, DST/Aids, violência sexual, entre outros. Todos esses assuntos envolvendo aspectos socioculturais e não reduzindo somente ao ato sexual ou aos seus aspectos fisiológicos.

Segundo Figueiró (2009) as duas formas de se ensinar sobre sexualidade, propostas pelo PCN, correspondem aos dois tipos de Educação Sexual estabelecidos por Werebe (1981): A Educação Sexual formal, que equivale a ensinar “dentro da programação”, fazendo planejamento prévio e a Educação Sexual informal, que equivale à “extraprogramação”, isto é, aproveitar, de forma espontânea, um fato, uma pergunta, uma situação ocorrida e, ensinar a partir daí.

Para ilustrar esta segunda forma de trabalhar, a autora descreve o seguinte relato:

Um garoto com deficiência mental, de aproximadamente 14 anos, estava na sala de aula, em uma APAE, quando se levantou e foi até a mesa da professora, levando nas mãos um saquinho para geladinho, que é estreito e comprido, e uma régua pequena. Pondo essa última dentro do saquinho, disse: “Olha professora, não parece que eu estou pondo a camisinha no pênis?” (FIGUEIRÓ, 1999, p.67).

De acordo com a autora, esta é uma ocasião que oferece oportunidade para a professora começar a falar sobre o assunto. Ela poderia ter explorado a conversa e respondido: “É mesmo! Parece! E você sabe para que serve a camisinha?” A partir daí, explicaria sobre a função da mesma na prevenção da gravidez e da contaminação de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). A partir desse ocorrido, poderia ser iniciado um trabalho mais extensivo, no qual um assunto “puxaria” o outro. Infelizmente, no fato ocorrido, a professora respondeu ao aluno da seguinte forma: “É, parece! Mas vai sentar-se, pois isso não é um pênis e nem isso, uma camisinha!”. Ao procurar “sair se bem da situação”, fugindo da mesma, a professora fez com que o aluno aprendesse que este não é um assunto natural a respeito do qual se pode conversar tranquilamente. Na verdade, é bom quando o educador consegue sair-se bem na situação.

Segundo o PCN (BRASIL, 2001), o professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual.

Não se pode exigir do professor uma isenção absoluta no tratamento das questões ligadas à sexualidade, mas a consciência sobre quais são os valores, crenças, opiniões e sentimentos que cultiva em relação à sexualidade é um elemento importante para que desenvolva uma postura ética na sua atuação junto dos alunos. O trabalho coletivo da equipe escolar, definindo princípios educativos, em muito ajudará cada professor em particular nessa tarefa.

Para um trabalho adequado de educação sexual, é necessário que se estabeleça uma relação de confiança entre alunos e professor. Para isso, o professor deve se mostrar disponível para conversar a respeito das questões apresentadas, não emitir juízo de valor sobre as colocações feitas pelos alunos e responder às perguntas de forma direta e esclarecedora.

A escola deverá informar os familiares dos alunos sobre a inclusão de conteúdos de Educação Sexual na proposta curricular e explicitar os princípios norteadores da proposta. O diálogo entre escola e família deverá se dar de todas as formas pertinentes a essa relação. Por entender que a abordagem oferecida acontece a partir de uma visão pluralista de sexualidade e o papel da escola é abrir espaço para que essa pluralidade de concepções, valores e crenças possa se expressar, não compete à escola, em nenhuma situação, julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece. Antes, caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças, a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias.

A única exceção refere-se às situações em que haja violação dos direitos das crianças e dos jovens. Nessa situação específica, cabe à escola posicionar-se a fim de garantir a integridade básica de seus alunos, por exemplo, as situações de violência sexual contra

crianças por parte de familiares devem ser comunicadas ao Conselho Tutelar (que poderá manter o anonimato do denunciante) ou autoridade correspondente.

## CONSIDERAÇÕES

Enfrentamos diariamente a forte influência da sociedade e convivemos com vários problemas como a desigualdade de gênero, desrespeito à diversidade sexual, a vulnerabilidade de jovens e crianças, entre outros casos.

Considerando os trabalhos pesquisados, observa-se que esses problemas existem desde a idade média e, que no início do século XIX, houve os primeiros movimentos feministas marcados pela luta das mulheres pelo direito de voto e que posteriormente foi ganhando liberdade. Além das questões políticas e sociais, havia a necessidade do direito de separar sexualidade da maternidade, uma vez que só visava a reprodução, cuidados do lar e família.

A partir da década de 70, uma série de mudanças sociais foram criadas como o Programa Materno infantil (PMI), incluindo-se o fator de risco, métodos contraceptivos e estudos e orientações sobre vulnerabilidade feminina. E também foi criada uma política de planejamento familiar e controle de população. Nos anos 80, as feministas reivindicaram de forma mais clara questões ligadas à saúde reprodutiva, à sexualidade e ao respeito das relações de gêneros.

Gênero e sexualidade constroem-se através de diversas práticas de aprendizagem. Portanto, a sociedade tem que discutir sobre sexualidade para contribuir com os jovens e crianças nas suas próprias escolhas. A educação sexual tem sido usada para sustentação da desigualdade de gêneros e étnicas.

Novos problemas sociais têm aparecido com as mudanças culturais e morais, e outros que já existiam agravaram, como a prostituição, aborto, divórcios e outros. Com isso, a sociedade fica abalada e fez com que os pesquisadores e cientistas estudem profundamente esses problemas da sexualidade, reformulando conceitos e respondendo aos problemas de relacionamento sexual cientificamente.

O indivíduo tem que cuidar de si mesmo, porque somos o resultado de nossas escolhas. E modificações importantes foram produzidas nas formas pelas quais a feminilidade ou masculinidade são ou podem ser vividas e baseadas em grupos dentro dos mesmos grupos.

Devido a toda essa discussão em relação ao tema, considera-se que a escola é uma das instituições nas quais se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade. A escola

exercita uma pedagogia da sexualidade e do gênero colocando em ação vários planos de educação.

O PCN pretendem ser um referencial fomentador da reflexão sobre os currículos escolares, uma proposta aberta e flexível, que pode ou não ser utilizada pelas escolas na elaboração de suas propostas curriculares. E, portanto, análises sobre o que diz o PCN a respeito do tema orientação sexual é importante para a área da educação.

O PCN estimula a escola, por meio de práticas pedagógicas diversas. Através do discurso do sexo, parece haver um complicado aumento do controle sobre os indivíduos, que se cumpre não tanto através de proibições e punições, mas através de mecanismos, metodologias e práticas que visam a produzir sujeitos autodisciplinados em relação à maneira de viver sua sexualidade.

O diálogo entre escola e família deverá se dar de todas as formas pertinentes a essa relação. Por entender que a abordagem da educação sexual acontece a partir de uma visão pluralista de sexualidade e torna o papel da escola de abrir espaço para que essa pluralidade de concepções, valores e crenças possam se expressar.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, M., ALVES, E. **Educação sexual- desafios e realidades: um projeto de intervenção comunitária na escola.** Revista De Ciências Da Educação. Americana, Ano XVI, v. 02, n. 31, p. 160-171, jul-dez, 2014.

ALTMANN, H. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais.** Florianópolis, Estudos Feministas, ano 9, 2º semestre, pag. 575, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200014>

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes.** Brasília: MS, 2004.

BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e Currículo. In: LOURO, G. L. **Corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autentica Editora. 2ª Edição. 127p. 2000.

CANO, M.A.T.; FERRIANI, M. G.C. **Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico.** Rev. Latino am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 18-24, abril 2000.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. vol.17, n.36, pp.21-32. ISSN 0103-863X. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>.

DINIS, N.; LUZ, A. A. **Educação sexual na perspectiva histórico-cultural.** Revista Educar, Editora UFTPR, Curitiba, n. 30, p. 77-78, 2007.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Homossexualidade e educação sexual: construindo o respeito à diversidade.** Londrina: UEL, 110p. 2007.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual: em busca de mudanças.** Londrina: UEL, 208p. 2009.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual: múltiplos temas, compromisso comum.** Londrina: UEL, 190p. 2009.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio.** Londrina: Eduel, 2010.



FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Col. Ditos e Escritos (v.V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FURLANI, J. Educação Sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Editora Vozes, pg. 9 – 27. 2011.

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Editora Vozes, pg. 9 – 27. 2011.

HEILBORN, M. L.; BRANDÃO, E. R. Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, p. 7-17, 1999.

JAQUES, A. E. **Significado da sexualidade e assuntos correlatados no contexto escolar por professores do ensino fundamental na Educação Sexual: experiência de uma pesquisa-ação**. Ribeirão Preto, Tese de Doutorado, Escola de enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 182 p. 2012.

LOURO, G. L. **Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autentica Editora. 2ª Edição. 127p. 2000.

LOURO, G. L. A construção escolar das diferenças. In: LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, p. 57-87, 2003.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, G. L. **Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições. V. 19, n.2. mai-ago. Pag. 17-23. 2008.

LOURO, G. L. Currículo, Gênero e Sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Editora Vozes, pg. 9 – 27. 2011.

MANDU, E N T. **Trajetória assistencial no âmbito da saúde reprodutiva e sexual: Brasil, século XX**. Rev. Latino Am. Enfermagem. P. 358-371. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v10n3/13345.pdf>

MEYER, D. E. Gênero e educação: Teoria e Política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Editora Vozes, pg. 9 – 27. 2011.

MOIZÉS, J. S. **Educação Sexual, corpo e sexualidade na visão dos alunos e professores do ensino fundamental**. Ribeirão Preto. Tese de Doutorado. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 115p. 2010.

PEREIRA JÚNIOR, A. A. **Relações sociais entre grupos gays e aspectos sociológicos do uso dos corpos e da saúde**. Revista Saúde e Transformação Social. Florianópolis, v. 7, n.3, p. 11-16, 2016.

REIS, L. M. **Sexualidade e Câncer de colo de útero: o corpo feminino adoecido na perspectiva de Maurice Merleau-Ponty**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 216p., 2010.

RIBEIRO, M. O. **A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem**. Rev. esc. Enfermagem. USP, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 358-363, Dec. 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62341999000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62341999000400006&lng=en&nrm=iso). Acessado em 12 outubro de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62341999000400006>.

RIBEIRO, K. **Sexualidade e Gênero: Estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial de São Paulo**. São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, USP, 202 p. 2011.

RIBEIRO, M. **Educação Sexual**. Apostila do próprio autor. Disponível em: [http://www.adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Sexual\\_Marcos%20Ribeiro.pdf](http://www.adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Sexual_Marcos%20Ribeiro.pdf) , acessado em: 20 de setembro de 2016.

RODRIGUES, A.; BARRETO, M. A. S. C. **Currículos, gêneros e sexualidade: experiências misturadas e compartilhadas**. Vitória: Edufes, 2013.

SANTOS, L. R. Entendendo a Construção Social das Diferenças de Gênero. In: FIQUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação Sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, pg. 1 – 12. 2009.

SARMENTO, M. J. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais. In: RIZZINI, Irene; SILVA, Sueli Bulhões da (orgs). **O social em questão**. Ano XX, nº 21. Rio de Janeiro: PUC Rio. Departamento de Serviço Social, p. 15-30, 2009.

SCHINDHELM, V. G. **A sexualidade na Educação Infantil**. Revista Aleph Infâncias, ano V, Nº 16, ISSN 1807-6211, novembro, 2011.

SOUZA, L. A. F.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. (Org.). **Michel Foucault: Sexualidade, Corpo e Direito**. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Academia, 218 p., 2011.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. **Gênero na Educação Básica: Quem se Importa? Uma Análise de Documentos de Políticas Públicas no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

WEEKS, J. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, G. L. **Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autentica Editora. 2ª Edição. 127p. 2000.